

**HABEAS CORPUS Nº 502.207 - PR (2019/0093977-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : SIDNEY LUIZ PEREIRA  
**ADVOGADO** : SIDNEY LUIZ PEREIRA - PR048338  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : BRUNO DE SOUZA ROSA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de BRUNO DE SOUZA ROSA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento do HC n. 0008006-14.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 28/12/2018, convertido em preventiva, pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 33, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes) e no art. 16 da Lei 10.826/2003 (posse ilegal de munição de uso restrito). Em 2/1/2019 a custódia foi mantida em audiência de custódia, e, em 31/1/2019 foi oferecida denúncia. O pedido de revogação da segregação foi indeferido pelo Magistrado de primeiro grau.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

**EMENTA: HABEAS CORPUS CRIME - DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO - PRISÃO PREVENTIVA - FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS DEVIDAMENTE COMPROVADOS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO - RECOLHIMENTO AO ESGÁSTULO NECESSÁRIO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PERICULOSIDADE DO PACIENTE - NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA QUE JUSTIFICAM A SEGREGAÇÃO IMPOSTA - NÃO RECOMENDÁVEL A APLICAÇÃO DE QUALQUER OUTRA MEDIDA PREVISTA NO ARTIGO 319 DO CPP**  
**ORDEM DENEGADA** (fls. 102).

No presente *writ*, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para a prisão preventiva do paciente, baseada apenas na gravidade abstrata do delito e em alegações genéricas. Pondera não estarem presentes os requisitos

autorizadores da custódia preventiva, elencados no art. 312 do CPP.

Alega que o paciente conta com condições pessoais favoráveis

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, ainda que mediante a imposição de monitoramento por meio de tornozeleira eletrônica.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indeiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator